

GRUPOS DE TRABALHO
X CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO

GT 1: HISTÓRIA DO DIREITO E TRABALHO NO BRASIL (SÉC. XX)

**Coordenadores: Clarice Speranza (UFRGS); Gustavo Siqueira (UERJ);
Mônica Sette Lopes (UFMG)**

Sessão 1 - 3/9, 9h-12h - Sala Cesarino Jr

HISTORIADORES DO TRABALHO E JUSTIÇA TRABALHISTA: DISCUSSÕES
TEÓRICAS E METODOLOGIAS EM PESQUISAS RECENTES

Clarice Speranza

SOLDADA E TUTELA DE MENORES LIBERTOS NO ANTES E PÓS-ABOLIÇÃO.
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
PARA O TRABALHO LIVRE

Alan Wruck Garcia Rangel

O CÓDIGO CIVIL DE 1916 E O DIREITO PRIVADO SOCIAL QUE NÃO FOI

Karolyne Mendes Mendonça Moreira

FIGURAS DA REPRESSÃO POLICIAL NAS MANIFESTAÇÕES DOS
OPERÁRIOS PAULISTAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: 1917-1920

Gisele Mascarelli Salgado

MAIS OLHARES SOBRE O TRABALHO - DIREITO E CANÇÃO NOS ANOS
1930/40

Martin Loffredo Nery

FALAS DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA E DA LIGA COMUNISTA ACERCA DO
DIREITO DO TRABALHO (1930-1934)

Gustavo Seferian Scheffer Machado, Bruna Maria Expedito Marques

O DIREITO DE GREVE EM DEBATE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ATUAÇÃO
DA "MINORIA PROLETÁRIA" NO PERÍODO PROVISÓRIO DA C MARA DOS
DEPUTADOS (1934 -1935)

Julia Rodrigues, Eini Rovenia Dias

Sessão 2 - 4/9, 9h-12h - Sala Cesarino Jr

OS PRESIDENTES DO CNT E SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

Matheus Eduardo Beserra

TRABALHISMO E CIDADANIA: A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO ESTADO NOVO

Tayara Talita Lemos

DIREITO E CONJUNTURA HISTÓRICA: REGULAMENTAÇÃO DAS RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Carlos Eduardo Soares Freitas

UMA BREVE VISITA EPISTOLAR: O DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO (ENTRE)VISTO NA CORRESPONDÊNCIA DE PAULO EMÍLIO RIBEIRO DE VILHENA

Mônica Sette Lopes

ENTRE AUTORITARISMO, HISTÓRIA E DIREITO – A GREVE DO ABCD PAULISTA DE 1980 E AS FRONTEIRAS DO INVISÍVEL

Fernando Honorato

O MOVIMENTO DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL E OS TENSIONAMENTOS PRODUZIDOS SOBRE A NARRATIVA DOS MANUAIS DE DIREITO DO TRABALHO

Juliana Araújo Lopes

A HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO ARGENTINO E BRASILEIRO: ALGUMAS NOTAS COMPARATIVAS

Alisson Droppa

GT 2: História(s) da jurisdição constitucional: olhares interdisciplinares

Coordenadores: Andrei Koerner (UNICAMP), Laila Maia Galvão(IFPR)

Sessão 1 - 3/9, 9h-12h - Sala Pedro Lessa

“O STF QUE QUEREMOS”: UMA ANÁLISE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO DO CONTESTADO (1911-1916)

Matheus Fernando Silveira

HC 3548: POLÍTICA E DIREITO NO STF EM 1914

Leonardo Seiichi Sato Sasada

OS USOS DOS HABEAS CORPUS ORIGINÁRIOS NO STF NOS ANOS 1920

Tatiana de Souza Castro

A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DO HABEAS CORPUS NA PRIMEIRA DÉCADA DA REPÚBLICA

Diane Espíndola Freire Maia

Sessão 2 - 4/9, 9h-12h - Sala Pedro Lessa

O JURISTA VICTOR NUNES LEAL E “CORONELISMO, ENXADA E VOTO”: UMA LEITURA CRUZADA

Bruno Arthur Hochheim

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO PÓS-II GUERRA: “CRISE”, MODERNIZAÇÃO E O “BEM COMUM”

Ms. Júlio Barnez P. Cattai

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE 16 MINISTROS

Daniela Silva Fontoura de Barcellos

O STF ENTRE A CONSTITUIÇÃO E OS ATOS INSTITUCIONAIS (1969-1977): A CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE APRECIACÃO JUDICIAL OBSERVADA A PARTIR DA DISCUSSÃO SOBRE A ANISTIA DE 1961

Raphael Peixoto de Paula Marques

Sessão 3 - 5/9, 9h-12h - Sala Pedro Lessa

SENTIDOS POLÍTICOS DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO REGIME AUTORITÁRIO (BRASIL, 1965-1988)

Jeferson Mariano Silva, Helena Funari, Ana Clara Pegorim

DITADURA MILITAR E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA –
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE A PARTIR DA EMENDA
CONSTITUCIONAL Nº 16/65

Cristina Reis Kokkinos

JUDICIÁRIO, DITADURA E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: a atuação
do Supremo Tribunal Federal nos anos de chumbo como contraponto às
limitações impostas pelo regime civil-militar

Ulisses Levy Silvério dos Reis

TEMPOS DA HISTÓRIA NO DIREITO E A ALTERIDADE INDÍGENA COMO
BISAGRA

Camilla de Freitas Macedo

A TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E A NOVA ORDEM
CONSTITUCIONAL: O ATIVISMO JUDICIAL COMO CONSEQUÊNCIA DA
DEMOCRACIA PÓS-DITATORIAL NO BRASIL REPÚBLICA

Mariana Ramos Rodrigues , Larissa Marcelli Nóbrega Farias

**GT 3: Estado e Formas de Estatalidade. Problemas, Experiencias e Soluções
compartilhadas na Iberoamérica (S. XIX e XX)**

**Coordenadores: Agustín Casagrande (Universidad Nacional De La Plata y La
Universidad Nacional de San Martín), Juan Ferrer (Universidad Nacional de
Córdoba y Universidad Siglo 21)**

Sessão 1 - 3/9, 9h-12h, Sala Alexandre Corrêa

O DIREITO PENAL EM LIMA NO SEC. XVIII: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA
LINGUAGEM JURÍDICA E DO PODER ESTATAL EM PROCESSOS CRIMINAIS
CONTRA MULHERES.

Elaine Godoy Proatti

LA INDEPENDENCIA DEL PODER JUDICIAL COMO CLAVE DE
CONSTRUCCIÓN DE LA ESTATALIDAD LIBERAL.

Nicolás Beraldi

"CODIFICACIÓN PENAL PROVINCIAL. APLICACIÓN DEL CÓDIGO PENAL DE
LA PROVINCIA DE CÓRDOBA (1883-1886)".

Matias Jorge Rosso

SOLUCIÓN EXTRANJERA Y CULTURA JURÍDICA LOCAL: EL CASO DE LA LEY DE ACCIDENTES DE TRABAJO EN ARGENTINA (1880-1915)

Gaston Pintos lacono

O NOTARIADO E A FORMAÇÃO DA ESTATALIDADE BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Ana Carolina Farias Almeida da Costa

Sessão 2 - 4/9, 9h-12h, Sala Alexandre Corrêa

UMA DIFÍCIL CONCILIAÇÃO: ESTRUTURA LEGAL DA DESAPROPRIAÇÃO ENTRE EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE NO BRASIL (1826-1903)

Arthur Barrêto de Almeida Costa

O ESCOPO DE RACIONALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO GOVERNO VARGAS E A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO (DASP) EM 1938

Claudio Alcantara Meireles Junior

DO FASCISMO AO GETULISMO: LOURIVAL FONTES ENTRE A HIERARCHIA E O DIP

Patrícia Soster Bortolotto

A INVERSÃO DO JOGO: A DÉCADA DE 1950 E A ASCENSÃO DO CONTROLE PRIVADO SOBRE A RADIODIFUSÃO

Joanir Fernando Rigo

GT 4: “Transplantes” Jurídicos: Limites, Discursos e Metodologias de Discussão e Aplicação

Coordenador: Alfredo de J. Flores (UFRGS)

Sessão 1 - 3/9, 9h-12h, Sala 4, 2º andar

DESENVOLVIMENTOS CONCEITUAIS PARA UMA ABORDAGEM PARADIGMÁTICA DOS TRANSPLANTES JURÍDICOS

Bruna Casimiro Siciliani

AS PROPOSTAS METODOLÓGICAS DE ALAN WATSON E PIERRE LEGRAND
EM QUESTÃO: SOBRE A POSSIBILIDADE, OU NÃO, DE TRANSPLANTES
JURÍDICOS

Denis Guilherme Rolla, Carlos Alberto Martins de Barros

DEBATES PARLAMENTARES EM TORNO À PROPOSTA DE PLANIFICAÇÃO
DE COLONIZAÇÃO CONTIDA NA “LEI DE TERRAS: A TENTATIVA DE
TRANSPLANTE DA TEORIA DE E. G. WAKEFIELD AO BRASIL IMPERIAL

Bernardo Pinhón Bechtluft

“BEBER NA FONTE DAS LEGISLAÇÕES ESTRANGEIRAS E NO ESTUDO
MEDITADO DE NOSSAS LEIS E COSTUMES JURÍDICOS”: TRADUÇÕES
CULTURAIS E TRADIÇÕES NA ELABORAÇÃO DOS CÓDIGOS DE
PROCESSO ESTADUAIS DA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DO CÓDIGO
RIO-GRANDENSE (1898).

Régis João Nodari

A CRIAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO TRANSPLANTE
JURÍDICO

Raphael de Barros Petersen

A COMPOSIÇÃO DA CULTURA JURÍDICA DIANTE DA PERSPECTIVA DOS
“TRANSPLANTES” JURÍDICOS NA REVISTA DE CRÍTICA JUDICIÁRIA (1924-
1940).

Stéphani Rosa

Sessão 2 - 4/9, 9h-12h, Sala 4, 2º andar

O STARE DECISIS EM SOLO FÉRTIL: VINCULATIVIDADE DOS
PRECEDENTES E O DESAFIO DO TRANSPLANTE DE UMA MENTALIDADE
JURÍDICA

Norberto Flach

O "TRANSPLANTE JURÍDICO" DO SISTEMA DE PRECEDENTES NO DIREITO
BRASILEIRO

Mariana Monteiro

“TRANSPLANTES JURÍDICOS” NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL: MAPEAMENTO E ANÁLISE

Henrique Montagner Fernandes

A INFLUÊNCIA DO DIREITO PORTUGUÊS NO ESTABELECIMENTO DA
ENFITEUSE EM MACAU

Rafael Rizzi

IMPERIALISMO, GEOPOLÍTICA E ENSINO DO DIREITO INTERNACIONAL NO
BRASIL (1827-1994): HISTÓRIA E CRÍTICA DE IDEIAS FORA DO LUGAR

Martônio Montalverne Barreto Lima, Roberto Guilherme Leitao

“CAN LITERATURE HUMANIZE LAW?”: CONSIDERAÇÕES SOBRE
TRADUÇÃO TEÓRICO-JURÍDICA A PARTIR DO DIREITO E LITERATURA

Muniz Oliveira

RESERVA DO POSSÍVEL NO BRASIL

Marília Nascimento de Sousa

GT 5: História Constitucional e Pluralismo Jurídico

**Coordenadores: Marcelo Casseb Continentino (Fd-Upe), José Ernesto
Pimentel Filho (UFPB)**

Sessão 1 - 3/9, 9h-12h, Sala 5, 2º andar

THE ANONYMOUS ARTICLES OF JOÃO GOMES (1888): A PORTRAIT OF THE
LATE BRAZILIAN CONSTITUTIONAL MONARCHY CONSTITUCIONALISM?

Judá Leão Lobo

SERZEDELLO CORRÊA: PENSAMENTO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO NA
PRIMEIRA REPÚBLICA

Priscila Petereit De Paola Gonçalves

DA JURISDIÇÃO À AUTOCOMPOSIÇÃO: AS MARCAS DA HISTÓRIA E O
LEGADO DA FILOSOFIA NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO

Thalyta Eloah Alves Santana

CONSTITUCIONALISMO REVOLUCIONÁRIO: A LIDERANÇA DO CLERO NA
CONSTRUÇÃO JURÍDICA E POLÍTICA DO PROJETO LIBERAL
PERNAMBUCANO ENTRE 1817 E 1824

Leonardo Moraes De Araújo Pinheiro

HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO: O CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL E COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

Manoel Júnior Ferreira Velo

Sessão 2 - 4/9, 9h-12h, Sala 5, 2º andar

INTERVENÇÃO FEDERAL, ESTADO DE SÍTIO E ESTADO DE DEFESA:
DIFERENÇAS BÁSICAS ENTRE AS MEDIDAS CONSTITUCIONAIS DE
EXCEÇÃO

Luciana Rodrigues De Vasconcelos

INTERVENÇÃO FEDERAL, ESTADO DE SÍTIO E ESTADO DE DEFESA:
DIFERENÇAS BÁSICAS ENTRE AS MEDIDAS CONSTITUCIONAIS DE
EXCEÇÃO

Darlan Ronei Domingos Policarpo

A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E O CONFLITO ENTRE
LIBERDADE E SEGURANÇA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE ZIGMUND
BAUMAN

Larissa Passos Nascimento

O PAPEL DA MÍDIA E SUA INFLUÊNCIA PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO AO
LONGO DA HISTÓRIA REPUBLICANA

Alexandre Germano Benito Martins, Paulo Ribeiro Da Glória

DO ESTADO TOTAL AO ESTADO SOCIAL: DIREITOS TRABALHISTAS NA
REPÚBLICA DE WEIMAR - NECESSIDADE OU ACESSÓRIO?

Evelyn Caroline Venâncio Dos Reis E Silva

GT 6: Direitos e Justiça na América Portuguesa

**Coordenadores: Carmen Margarida Oliveira Alveal (UFRN), Gustavo César
Machado Cabral (UFC)**

Sessão 1 - 3/9, 9h-12h, Sala Almeida Jr

DA DISPUTA CAXA-NÓBREGA SOBRE A LIBERDADE DOS ÍNDIOS DO
BRASIL NO SÉCULO XVI

Crístian Rodrigues Tenório

O QUINTO MANDAMENTO NO MANUAL DE CONFESSORES E PENITENTES
DE MARTIN DE AZPILCUETA NAVARRO DO SÉCULO XVI: SEMENTES DO
DIREITO PENAL?

Marcos Aurélio Silveira de Oliveira

MINAS SETECENTISTAS: CONFLITOS ENTRE NORMAS E PRÁTICAS NAS
DENÚNCIAS DE FEITIÇARIAS COMPILADAS NOS CADERNOS DO
PROMOTOR DA INQUISIÇÃO LISBOETA

Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, Isabela de Andrade Pena Miranda Corby

PADRE ANTÓNIO VIEIRA E O TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO: O SACERDOTE
DAS LETRAS NA ALÇADA DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA

Marcus Vinícius Fernandes Bastos

O PRELÚDIO DO DIREITO MILITAR NA AMÉRICA PORTUGUESA:
ALISTAMENTO E DISCIPLINA NO PERÍODO ENTRE O “DESCOBRIMENTO” E
O TÉRMINO DA UNIÃO IBÉRICA (1500-1680)

Susi Castro Silva

Sessão 2 - 4/9, 9h-12h, Sala Almeida Jr

APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE OS PRIMÓRDIOS DAS COBRANÇAS
DOS TRIBUTOS NO BRASIL E SUAS ORIGENS PORTUGUESAS

Elaine Goncalves Weiss de Souza

A CESSÃO DE CONTRATOS RÉGIOS E A ARRECADAÇÃO PRIVADA DE
IMPOSTOS NO BRASIL COLÔNIA

Adriana Reis de Albuquerque

CULTURA JURÍDICA EUROPEIA, ANTIGO REGIME E AMÉRICA
PORTUGUESA: O CASO DO DIREITO COLONIAL BRASILEIRO (SÉCULOS XVI
A XVIII)

Victor Hugo Siqueira de Assis

A DIPLOMACIA PONTIFÍCIA NO BRASIL: OS PRIMEIROS ANOS DA
NUNCIATURA APOSTÓLICA NO RIO DE JANEIRO (1808-1817)

Jair Santos

A CASA DA SUPLICAÇÃO DO BRASIL (1808-1833) – ASPECTOS HISTÓRICOS

João Ricardo Ferreira Fortini Pimentel

GT 7: História do Direito Internacional

Coordenador: Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo (UERJ)

Sessão 1 - 3/9, 9h-12h, Sala Arouche Rendon

A HIPÓTESE IMPIÍSSIMA DE HUGO GROTIUS: DO LAICISMO AO ESCOLASTICISMO PARA A OBJETIVIDADE DOS VALORES

Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo

ALBERICO GENTILI E A IMUNIDADE DIPLOMÁTICA: O DE LEGATIONIBUS LIBRI TRES

Flávia de Ávila

O “JUS COMMUNICATIONIS” EM FRANCISCO DE VITÓRIA: ORIGENS CLÁSSICAS E (RE)SIGNIFICAÇÕES DO “LIVRE COMÉRCIO” NO DIREITO INTERNACIONAL

Camilla Capucio, Rafael Santos Morais

“NEGOTIUM BARBARORUM”: A PROPOSITAL AMBIGUIDADE DE FRANCISCO DE VITÓRIA NA APLICAÇÃO DO DIREITO DAS GENTES AOS ÍNDIOS

Rafael Zelesco Barretto

LUIS DE MOLINA E A BILATERALIDADE DA GUERRA JUSTA

Rodrigo Cerveira Cittadino

DA ESCOLÁSTICA AO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO: O LONGO CAMINHO DO JUS IN BELLO

Elizabeth Goraieb

A PAZ PERPÉTUA E A HISTÓRIA DO DIREITO INTERNACIONAL: IMMANUEL KANT E O CONCEITO DE UM GOVERNO GLOBAL AO LONGO DOS SÉCULOS

Ítalo Godinho Da Mota Martins

Sessão 2 - 4/9, 9h-12h, Sala Arouche Rendon

O QUE TORNA UM NAVIO SUSPEITO? ESTRATÉGIAS JURÍDICAS PARA AMPLIAR O APRESAMENTO NO REGIME ANGLO-BRASILEIRO DE ABOLIÇÃO DO TRÁFICO DE ESCRAVOS (1827-1845)

Adriane Sanctis de Brito

O QUE ABYA YALA PODE CONTAR? EXPANDINDO A RELAÇÃO ENTRE DIREITO INTERNACIONAL, DESENVOLVIMENTO E PÓS-COLONIALISMO A PARTIR DA AMÉRICA LATINA

Gabriel Antonio Silveira Mantelli

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA CONFERÊNCIA DE PAZ DA HAIA DE 1907

Brenda Araujo

Sessão 3 - 5/9, 9h-12h, Sala Arouche Rendon

ENTRE 12 E 200 MILHAS: A CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO BRASILEIRA SOBRE A DELIMITAÇÃO DO MAR TERRITORIAL

Arthur Gustavo Saboya de Queiroz, Mayna Cavalcante Félix

DIREITOS HUMANOS INTERNACIONALMENTE RECONHECIDOS: O CURIOSO CASO DO ARTIGO 21(3) DO ESTATUTO DE ROMA

Samuel Felipe Nascimento Horn

A HISTÓRIA DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO NOS MANUAIS JURÍDICOS BRASILEIROS: SIMPLIFICAÇÕES, IMPRECISÕES E EMBARAÇOS

Matheus de Oliveira, Eloisa Helena Chagas Alves.

ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA CRÍTICA DO DIREITO INTERNACIONAL

Matheus Gobbato Leichtweis

GT 8: HISTÓRIA DOS CONCEITOS NA HISTÓRIA DO DIREITO

Coordenadores: Hanna Sonkajärvi (FND), Alexandre Da Maia(UFPE)

SESSÃO 1 - 4/9, 9h-12h - Sala Brasília Machado

HACIA UN CONCEPTO DE TIEMPO HISTÓRICO JURÍDICO ENTRE LA TENSION DEL TIEMPO HISTÓRICO Y EL TIEMPO DEL DERECHO
Fabián Beltrán

CONCEITOS, CONTEXTO E TEMPORALIDADE: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DOS CONCEITOS PARA A HISTÓRIA DO DIREITO
Victor Russo Fróes Rodrigues

EXPERIÊNCIAS, INSTITUIÇÕES, EXPECTATIVAS, SENTIDOS: NOTAS SOBRE O ESTUDO DO PENSAMENTO JURÍDICO
Luciana Reis

O 'IUS DICENTIS OFFICIUM' E A 'IURISDICTIO' ENTRE INSTITUIÇÕES E CULTURA JURÍDICA: NOTAS DE PESQUISA
Márlío Aguiar

JURISDIÇÃO: A CONSTRUÇÃO MEDIEVAL DE UM CONCEITO
Carolina Gual da Silva

ENTRE PRIMITIVISMO E EVOLUÇÃO: UMA ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA JURÍDICA SOBRE OS DIREITOS DAS SOCIEDADES MAIS ANTIGAS
Vitória Souza da Silva

A RETÓRICA JURÍDICA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PROCESSUAL PARA A HISTÓRIA DA JUSTIÇA ENTRE O FINAL DO SÉCULO XVIII E O INÍCIO DO XIX
Mariangela Célia Ramos Violante

Sessão 2 - 5/9, 9h-12h - Sala Brasília Machado

O DEBATE ACERCA DO CONCEITO DO DIREITO DE AÇÃO E AS LIÇÕES ENSINADAS NAS FACULDADES DE DIREITO DO IMPÉRIO POR FRANCISCO DE PAULA BAPTISTA
Simone Oliveira Souza

O CONCURSO DE TOBIAS BARRETO PARA A FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE (1882): UM EVENTO QUE DESAFIOU AS ESTRUTURAS?
Mateus Rocha Tomaz

TRANSFORMAÇÕES NA FORMA JURÍDICA DA REGULAÇÃO URBANÍSTICA: SÃO PAULO, 1875-1937
Guilherme Ricken

O EMIGRANTE PORTUGUÊS: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO NO SÉCULO XIX EM PORTUGAL
Marina Simões Galvanese

IMPOSSIBILIDADE E PARTICULARISMO: SEMANTICA E ESTRUTURA DA DEMOCRACIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA
Nathaly Mancilla Órdenes

A ESTRUTURAÇÃO JURÍDICA DO CONCEITO DE MERCADO ENTRE 1960-1970: HISTÓRIA, LINGUAGEM E CAPITALISMOS
José Augusto Medeiros

O DIREITO DA NATUREZA NA AMÉRICA DO SUL À LUZ DA HISTÓRIA DOS CONCEITOS
Daniel Cavalcanti Pimentel

GT 9: História constitucional

**Coordenadores: Christian Edward Cyril Lynch (IESP-UERJ, FCRB, UVA),
Marcelo Labanca Corrêa de Araújo (Unicap)**

Sessão 1 - 3/9, 9h-12h, Sala Miguel Reale

LEIS FUNDAMENTAIS: A EVOLUÇÃO CONCEITUAL DESDE AS GUERRAS DE RELIGIÃO DA FRANÇA NO SÉCULO XVI (THÉODORE DE BÈZE) ATÉ A INDEPENDÊNCIA E A CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NO SÉCULO XVIII (ALEXANDER HAMILTON)

Silvio Gabriel Serrano Nunes

HISTÓRIA DA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA: APONTAMENTOS A PARTIR DA OBRA DE AURELINO LEAL

Gustavo Zatelli

O PENSAMENTO CONSTITUCIONAL DO JOVEM HERMES LIMA (1924-1926)

Bruno Rodrigues de Lima

A ORIGEM DO MANDADO DE SEGURANÇA E A DOUTRINA DO HABEAS CORPUS: O EMBATE DE RUY BARBOSA E PEDRO LESSA

Mayara de Andrade Santos Travassos

SUGESTÕES POPULARES AO TEXTO CONSTITUCIONAL DE 1934

Eneida Vinhaes Dultra

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1934: USOS DE ADOLF HITLER NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Taísa Regina Rodrigues

A CONSTITUIÇÃO ESQUECIDA: O TRATAMENTO HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DE 1937 NA JURISPRUDÊNCIA E NOS MANUAIS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Guilherme Cundari de Oliveira Amâncio, Francisca Maria de Medeiros Marques

Sessão 2 - 4/9, 9h-12h, Sala Miguel Reale

ENTRE DITADURAS CONSTITUCIONAIS E DEMOCRACIAS INCONSTITUCIONAIS: REPENSANDO O CONSTITUCIONALISMO AUTORITÁRIO

Raphaela Lorite Andrade, Heloísa Fernandes Câmara

A GÊNESE DO MUNICÍPIO NO BRASIL: A ESTRUTURAÇÃO HISTÓRICA DO PODER LOCAL DE ACORDO COM AS CONTRIBUIÇÕES DE OLIVEIRA VIANA, VICTOR NUNES LEAL E RAYMUNDO FAORO

Renan Saldanha de Paula Lima

A ADMINISTRATIVIZAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL: OLIVEIRA VIANNA E A ABSORÇÃO DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO PELAS CORPORações ADMINISTRATIVAS.

Francisco Rogério Madeira Pinto

IMPEACHMENT E IMPEDIMENTO NO SISTEMA PRESIDENCIAL: UMA ANÁLISE DA CRISE DE 1955 NO BRASIL

Claudia Paiva Carvalho

ANÁLISE EQUITATIVA DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

REDEMOCRATIZADORAS DE 1946 E 1988

Pedro César Sousa Oliveira, Gustavo Henrique Menezes Pereira, Marta Catarina Ferreira Silva

Sessão 3 - 5/9, 9h-12h, Sala Miguel Reale

REVOLTA DOS SARGENTOS DE 1963: O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO NO CREPÚSCULO DO GOVERNO JOÃO GOULART

Maria Celina Monteiro Gordilho

SUBVERSÃO E ESTADO DE DIREITO NA DITADURA MILITAR: O DISCURSO DOS JURISTAS EM TORNO DA SUSPENSÃO DE GARANTIAS CONSTITUCIONAIS COMO FORMA DE ENFRENTAR CRISES

Mateus do Prado Utzig

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA, SEGURANÇA PÚBLICA E RELAÇÕES CIVIS-MILITARES: UM CAMPO DE PERMANÊNCIAS AUTORITÁRIAS NA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ?

Bruno Jorge Rijo Lamenha Lins

MAGISTRATURA & CONSTITUINTE: 30 ANOS. REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

Jorge Luís Rocha da Silveira

GT 10: Tempo e constituição: crises constitucionais na História do Brasil República

Coordenadores: Cristiano Paixão(Unb), Maria Pia Guerra (UnB)

Sessão 1 - 4/9, 9h-12h, Sala Dino Bueno

SOBRE AS TEORIAS JURÍDICAS BRASILEIRAS DA 'REVOLUÇÃO' (1964-1985)

Mário Augusto D'Antonio Pires

CRISES CONSTITUCIONAIS E DITADURA MILITAR NO NORDESTE BRASILEIRO: ASSIS LEMOS E MIGUEL ARRAES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO ENTRE OS ANOS DE 1964 A 1965.

Jean Patrício silva, Taciane Oliveira Gondim, LARA Celina Maia Mendes de oliveira

A EXCEÇÃO E O EXPURGO COMUNISTA: OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DA COMISSÃO DE INQUÉRITO NA FACULDADE DE DIREITO DA UFSC PÓS-GOLPE DE 1964

Rodrigo Alessandro Sartoti

ENTRE O CETICISMO E A PANACEIA: ANÁLISE SOBRE OS DISCURSOS PELA DEMANDA DE UMA NOVA CARTA CONSTITUCIONAL ENTRE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Ozias Paese Neves

AS CRISES ECONÔMICA, POLÍTICA E CONSTITUCIONAL APÓS 1974: O PAPEL DO EMPRESARIADO BRASILEIRO NO PROCESSO DE MUDANÇA CONSTITUCIONAL (1974-88)

Ana Carolina Couto

Sessão 2 - 5/9, 9h-12h, Sala Dino Bueno

SOBREVIVENTE, VÍTIMA, TESTEMUNHA: B. KUCINSKI E O PASSADO IRREVOGÁVEL ÀS PORTAS DA JUSTIÇA

Edson J. D. de Sousa

A EXCEÇÃO COMO REGRA: BREVES APONTAMENTOS SOBRE OS (DES)CAMINHOS DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Gabriel Frias Araujo, Gustavo José de Toledo Pedroso

ENTRE CRISE E ACELERAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA POSTA À PROVA

Ernane Salles da Costa Junior

A CRISE CONSTITUCIONAL COMO ASSINCRONIA DROMOCRÁTICA

Douglas Antônio Rocha Pinheiro

CRISE DE LEGITIMIDADE E PROPOSTAS DA DEMOCRACIA DELIBERATIVA

Daniel Couto dos Santos Bilcherg

GT 11: Iniciação científica

Coordenadores: Samuel Barbosa (USP), Danielle Wobeto de Araújo (UFPR)

Sessão 1 - 3/9, 9h-12h, Sala Conselheiro Ribas

A TRADIÇÃO TEOLÓGICO-JURÍDICA ACERCA DA PREGAÇÃO PACÍFICA E DOS REPARTIMENTOS NA NOVA ESPANHA DO SÉCULO XVII SEGUNDO AS MEMÓRIAS DO FREI JUAN SILVA

Julio Cesar Aquino Teles Ferreira

O PROBABILISMO JURÍDICO EM PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM BUENOS AIRES NO FIM DO SÉCULO XVIII

Alessandra Vespa Teixeira Silva

LEI DA BOA RAZÃO, AS FONTES DO DIREITO NA REFORMA POMBALINA

Tomás Domschke-Tomic

A JUSTIÇA E O LEGISLADOR NO DESEMBARQUE DE SERINHAÉM

Maritza Barcellos Muzzi

VISCONDE DE CAIRU E O DECRETO DE ABERTURA DOS PORTOS ÀS
NAÇÕES AMIGAS: ASPECTOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E ECONÔMICOS

Débora Leal

REVOLUÇÃO HAITIANA: O ELEMENTO DA RAÇA NA LÓGICA DO PODER E
NA COMPREENSÃO DA MODERNIDADE

Maria Victória Xisto de Brito

OS ASPECTOS JURÍDICOS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO BRASIL
IMPÉRIO

Clarice Corbella Castelo Branco

A DISCIPLINA DE DIREITO ADMINISTRATIVO NA FACULDADE DE DIREITO
DE SÃO PAULO: LENTES CATEDRÁTICOS E SUBSTITUTOS DE 1854 A 1932.

Igor Tostes Fiorezzi

A FORMAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO ÀS
VÉSPERAS DO ESTADO NOVO (1935-1937)

Anna Carolina Oliveira Nunes, Roberto de Lima Marubayash, Suelen Cristina
Liberato da Silva

TOLSTÓI E AS REFORMAS JUDICIAIS DE 1864

Caio Henrique Dias Duarte

Sessão 2 - 4/9, 9h-12h, Sala Conselheiro Ribas

A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA CAFEEIRA DA PRIMEIRA
REPÚBLICA E SEU DISCURSO LIBERAL CONTROVERSO

Tayna da Silva Marques Rio

IMAGENS DO IMIGRANTE: A POLÍTICA IMIGRATÓRIA E AS
TRANSFORMAÇÕES LEGISLATIVAS EM BUSCA DO IMIGRANTE IDEAL NA
PRIMEIRA REPÚBLICA

Milena Santana Barbosa

O BRASIL PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A IMIGRAÇÃO DIRIGIDA –
DECRETO 7.969/1945

Lilian Fernanda Toso

O DISCIPLINAMENTO DO TRABALHADOR PELA DESPEDIDA POR JUSTA
CAUSA

Giovanni Castiglioni Castilho

OPERÁRIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ENTRE DISCRIMINAÇÃO E
DIREITOS

Lauany Oliveira Amaral

CIRANDA, CIRANDINHA: A REGULAÇÃO JURÍDICO-SOCIAL DO TRABALHO
INFANTIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Exedito Claudenilton Pereira Lima, Iara Silva Teixeira

CONCEITO DE GREVE COMO DIREITO DO TRABALHADOR NA PRIMEIRA
REPÚBLICA ATÉ 1917.

Taynara Silva Rio

DIGLADIAR DAS LETRAS: DEBATE SOBRE A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA
NOS JORNAIS DURANTE O GOVERNO PROVISÓRIO VARGUISTA

Daniela Bottan Souza

Sessão 3 - 5/9, 9h-12h, Sala Conselheiro Ribas

UMA PERSPECTIVA DIFERENTE SOBRA A INTETONA COMUNISTA: UM
OLHAR CONSTRUÍDO A PARTIR DO CNT

Nael Neri de Souza Júnior

O CNT PÓS REFORMA INSTITUCIONAL DE 1934

Yulliana Demitrieva Ananda Pinto Souza

ATÉ O ÚLTIMO SUSPIRO: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DE ACIDENTES DE
TRABALHO NO FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA SOB O PRISMA DO
CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

Carlos Lima Maciel

INTERVIR PARA CURAR: O ARCABOUÇO JURÍDICO E INSTITUCIONAL DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL SOB A ÓPTICA DA MEDICINA SOCIAL

Myrlla Carvalho Alexandre, Josseana França da Silva

CÓDIGO PENAL DE 1890: CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL E A MARGINALIZAÇÃO DE GRUPOS CULTURAIS

Larissa Leite Dantas, Genésio de Queiroga Neto e Péricles Carneiro Junior.

AS TEORIAS BIOANTROPOLÓGICAS DE CESARE LOMBROSO NA PERPETUAÇÃO DA ESTIGMATIZAÇÃO DO NEGRO COMO DELINQUENTE

Gabriela Tóffoli de Almeida, Adna Beatriz Tavares Maciel Silva, Paulo Coelho Nóbrega Neto, Giscard Farias Agra

O LABELLING APPROACH NO CONTESTADO: UMA HISTÓRIA DOS RÓTULOS NO CONFLITO

Andreza da Silva Jacobsen

A REVOLTA DE 1957: CULTURA JURÍDICA EM TEMPOS DE CRISE

Kauan Juliano Cangussú

CONFLITOS POR TERRITÓRIO NO SUDOESTE PARANAENSE: UM ESTUDO SOBRE A REVOLTA DE 1957

Thais Leticia Ziliotto

Sessão 4 - 5/9, Sala Cesarino Jr

FEMINISMO DOS ANOS 80 E MULHERES CONSTITUINTES

Bianca Bianchi do Nascimento

A HISTÓRIA DO DIREITO E A DECOLONIDADE JURÍDICA: PELA EMERGÊNCIA DE NOVAS PRÁTICAS EPISTEMOLÓGICAS.

Vitor Marques

A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Thyago Gomes da Mota Garcia, Camila Campos Rodrigues

O DECRETO-LEI Nº 477/1969 E SUA (IN)APLICAÇÃO NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

Carlos Eduardo Soares Freitas, Marcos Antônio Azevedo Carneiro, Tássia Cristina Bastos de Jesus, Maria Solenar Rodrigues do Nascimento

ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL DE 1988: CONTORNOS JURÍDICOS E POLÍTICOS DA MEDIDA

Mirian Acácia Trindade, Isis Castro Simbera

DAS POLÍCIAS, DAS FORÇAS ARMADAS E DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA NA GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO): DIFERENÇAS BÁSICAS À LUZ DA CRFB/1988

Gabriel Souza Alves Ferreira, Alexandra Corrêa Ferreira, Natália Teixeira Silva Teixeira Rodrigues de Oliveira, Anna Flávia Arruda Lanna Barreto

GT 12: História do direito privado brasileiro

Coordenador: Sérgio Said Staut Júnior (UFPR)

Sessão 1 (5/9)

VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA E CULTURA JURÍDICA: A LIBERDADE INDIVIDUAL ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIZAÇÃO DO DIREITO BRASILEIRO NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Rennan Klingelfus Gardoni

A LEI TERESOCA E O DIREITO DE FAMÍLIA NO ESTADO NOVO

Fatima Gabriela Soares de Azevedo

ERA BRASILEIRO O AUTOR DO PRIMEIRO CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS?

Vinicius Elias Hauagge

A AUTONOMIA DO DIREITO COMERCIAL BRASILEIRO NO SEGUNDO REINADO: PREVALÊNCIA INICIAL CONTRA A IDEIA UNIFICADORA DO DIREITO PRIVADO

Lia Carolina Vasconcelos Camurça

GT 13: Direito e expansão da estatalidade

Coordenador: Airton Seelander - UNB

Sessão 1 - 3/9, 9h-12h, Sala Frederico Steidel

PLURALISMO NAS ORDENAÇÕES AFONSINAS: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA JURÍDICO-POLÍTICA PORTUGUESA (SÉC. XV)

Vinicius Conceicao

O MANUAL DE CONFESSORES DE MARTIN DE AZPILCUETA NAVARRO COMO ELEMENTO DO PLURALISMO JURÍDICO DO IUS COMMUNE

Francisco Tarcísio Rocha Gomes Júnior

As Razões do Direito Administrativo Brasileiro

Walter Guandalini Jr.

DIREITO DE EMISSÃO, LEGALIDADE E ILEGALIDADE NO DEBATE DA MOEDA, EM MEADOS DO SÉCULO XIX, NO BRASIL

Hernan Saez

DIREITO, POLÍTICA E RELIGIÃO NO APAGAR DAS LUZES DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Michael Dionísio

Sessão 2 - 4/9, 9h-12h, Sala Frederico Steidel

O BOM COLONO E OS HOMENS DE MAIOR CULTURA: PENSAMENTO JURÍDICO SOBRE O COLONO E SUA CIRCULAÇÃO A PARTIR DA REVOLTA DOS POSSEIROS

Laís Mazzola Piletti

DISCURSOS SOBRE O INTERESSE PÚBLICO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ANÁLISE DA DOCTRINA DE DIREITO ADMINISTRATIVO ENTRE 1889-1930.

Livia Solana Lima Pfuetzenreiter de Lima Teixeira

UNIDADE E MODERNIZAÇÃO DO PROCESSO PENAL ENTRE OS JUIZADOS DE INSTRUÇÃO E O INQUÉRITO POLICIAL (1930-1941)

Gabrielle Stricker do Valle

"SOCIALIZAR O DIREITO", EXPANDIR A AÇÃO ESTATAL: REFLEXÕES A PARTIR DOS CASOS BRASILEIRO E ARGENTINO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)

Mariana de Moraes Silveira

EXPANSÃO DA ESTATALIDADE E REGULAÇÃO ECONÔMICA: A
LEGISLAÇÃO ANTITRUSTE NOS ANOS 1930 E 1940

Mario Cabral

“QUAIS FONTES?”: CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA EM DIREITO
ECONÔMICO PARA A ANÁLISE DA DESESTATIZAÇÃO DAS FERROVIAS
FEDERAIS BRASILEIRAS

Walter Marquazan Augusto

**GT 14: História da Cultura Jurídica Criminal Brasileira (crime, processo e
penas)**

**Coordenadores: Luís Fernando Lopes Pereira (UFPR), Clara Maria Roman
Borges (UFPR)**

Sessão 1 - 3/9, 9h-12h, Sala João Monteiro

A INQUISIÇÃO NO CEARÁ E O CRIME DE FALSO TESTEMUNHO EM
BIGAMIA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE MIGUEL ALVES DE FARIA PITA

Ana Luiza Ferreira Gomes Silva, Victor Alves Magalhães

POSSÍVEIS LINHAS DE DIREITO PENAL NA EUROPA DO SÉCULO XVIII E UM
PARALELO COM A DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA

Delmiro Ximenes de Farias

A CIÊNCIA PENAL LUSO-BRASILEIRA E AS ORIGENS DA CODIFICAÇÃO: DA
BOA RAZÃO À PUBLICAÇÃO DO PROJETO DE CÓDIGO CRIMINAL DE
PASCOAL DE MELLO FREIRE (1769-1823)

Alexander de Castro

OS CRIMES CONTRA A HONRA NA DOCTRINA CRIMINAL BRASILEIRA DO
SÉCULO XIX

Vanessa Fernanda Fransozi

A ORDEM DO PROCESSO CRIMINAL E A EXPERIÊNCIA DO SISTEMA DE
JURADOS NA VILA DE SÃO CARLOS (1832-1841)

Daniela Cristina de Oliveira Abe

A PROBLEMÁTICA DA FORMULAÇÃO DE QUESITOS À LUZ DA TEORIA CLÁSSICA DO DELITO: ANÁLISE DE UM PROCESSO DA VILLA DE SANTO ANTÔNIO DOS PATOS, 1869.

Laura Alves de Araújo, Victor Silva Garcia Soares

Sessão 2 - 4/9, 9h-12h, Sala João Monteiro

A PERSEGUIÇÃO À CIDADE NEGRA E A RACIALIZAÇÃO DAS POLÍCIAS NO RECIFE OITOCENTISTA (1870-1880)

Fernanda Lima da Silva

JULGA PARA VIGIAR OU JULGA PARA DEFENDER? A RELAÇÃO DE PORTO ALEGRE, ENTRE 1874 E 1884

Elaine Sodré

DESVIOS NA ORDEM DO TRABALHO: EXPERIÊNCIAS DO “BEM-VIVER” E O CONTROLE DA VADIAGEM NA VILLA DE SANTO ANTONIO DOS PATOS (1887 -1890)

Arthur Willian Soares Alves

EMBRIAGUEZ, VIOLÊNCIA E JUSTIÇA NOS PROCESSOS CRIMINAIS (CURITIBA, 1890-1921)

Otávio Augusto Weinhardt

SOBERANIA POLICIAL E UTOPIA DISCIPLINAR NO RECIFE DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Manuela Abath Valença

A TENTATIVA DE ASSASSINATO CONTRA O PRESIDENTE PRUDENTE DE MORAIS EM 1897 E A CRIMINALIZAÇÃO DE CONFLITOS POLÍTICOS NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Raquel Sirotti

HISTÓRIA DA INFÂNCIA CRIMINALIZADA (1900-1920): UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

MARCO ALEXANDRE SOUZA SERRA

Sessão 3 - 5/9, 9h-12h, Sala João Monteiro

“MAIORES EMPORIOS DA SCIENCIA”: OS “PAÍZES CIVILISADOS” E AS “OPINIÕES DE ESCRITORES” NOS DEBATES SOBRE A ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE NO CONGRESSO CONSTITUINTE DE 1890-91

Raul Ferreira Belúcio Nogueira

A JUSTIÇA MILITAR NA CONSTITUINTE REPUBLICANA (1890-91)

Bruno César Prado Soares

CRIMINOLOGIA EVOLUCIONISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Renato Matsui Pisciotta

PAPST E KINDERMANN: UM CRIME E SUAS NARRATIVAS NA PORTO
ALEGRE DOS ANOS 1930

Amanda Corrêa Tortato

SEM LICENÇA PARA TREPAP: POLÍTICAS DE CONTENÇÃO CRIMINAL DA
SEXUALIDADE FEMININA NO SÉCULO XX

Thais Dumet Faria

PERMANÊNCIA DA TORTURA E ÓRGÃOS DE REPRESSÃO ESTATAL

Andréia Fressatti Cardoso, Carla Cristina Vreche

A PENA DE PRISÃO ENQUANTO FATO HISTÓRICO-SOCIAL E O “ESTADO DE
COISAS INCONSTITUCIONAL” DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO.

Bianca Schneider van der Broocke

GT 15: Raça e Escravidão

**Coordenadores: Júlio César de Oliveira Vellozo (FADISP), Silvio Luiz de
Almeida (Mackenzie)**

Sessão 1 - 3/9, 9h-12h, Sala Pires da Motta

ENTRE SENTENÇAS E ALFORRIAS: O NEGRO NA JUSTIÇA DA VILLA DE
SANTO ANTÔNIO DOS PATOS NO SÉCULO XIX

Alison Luiz de Oliveira

NA DÚVIDA: ESCRAVO! DETENÇÃO DE MULHERES E HOMENS LIVRES
PELA PRESUNÇÃO DA ESCRAVIDÃO. ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA
DISPOSIÇÃO DO “ES CRAVO ABANDONADO”, SEGUNDO A LEI DO VENTRE
LIVRE.

Paulo Henrique Rodrigues Pereira

JUSTIÇA E ESCRAVIDÃO NA TERRA DE ZUMBI: AS AÇÕES DE LIBERDADE
NO JUDICIÁRIO ALAGOANO ENTRE OS ANOS DE 1860 E 1888

Bruna Mayla Belarmino Vieira, Hugo Leonardo Rodrigues Santos

LIBERDADE VS PROPRIEDADE: AS DISPUTAS JUDICIAIS ENTRE
ESCRAVOS E SENHORES NO BRASIL OITOCENTISTA

Lara Fernandes Vieira

OS MILITANTES DA LIBERDADE: IGUALDADE EM TEMPOS DE ESCRAVIDÃO

Matteus Henrique Oliveira, Everton Martins Silva

TEMPORALIDADE(S) EM DISPUTA: INSURREIÇÃO NEGRA E
COLONIALIDADE

Rafael Casais Casais Neto

Sessão 2 - 4/9, 9h-12h, Sala Pires da Motta

O CÓDIGO COMERCIAL E A ESCRAVIDÃO (1831-1860)

Emanuel Negrão

A ABOLIÇÃO QUE PODERIA TER SIDO EM 1824

Fernanda Estanislau Pereira, Raquel Coelho de Freitas

DESUMANIZAÇÃO ESCRAVAGISTA ENQUANTO HERANÇA DO DIREITO
BRASILEIRO: UMA PROPOSTA DE PESQUISA.

Guilherme Filipe Andrade dos Santos

A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DOS GANHADORES ESCRAVOS,
LIBERTOS E LIVRES NO FINAL DA ESCRAVIDÃO (RJ, SÉC. XIX)

Adailton Pires Costa

ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS RELACIONADOS À
ESCRAVIDÃO ENTRE 1850 E 2018

Luiz Henrique Machado Miranda, Lidiane Da Silva Oliveira

Sessão 3 - 5/9, 9h-12h, Sala Pires da Motta

O PAPEL DO DIREITO NA CONSTITUIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO
BRASIL: CONSTRUTOR OU CONTESTADOR DESTA?

Grazielle Vasconcellos Ozorio

O DIREITO NATURAL NA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO E A
ESCRavidÃO

Ariel Engel Pessa

ENSINO JURÍDICO E RACISMO CIENTÍFICO NA FACULDADE LIVRE DE
DIREITO DA BAHIA NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA (1891 – 1910)

Douglas Mota Oliveira, Marcele de Oliveira Santos Cruz

A PROPOSTA DE LEITURA SOCIAL DE NINA RODRIGUES NO FINAL DO
SÉCULO XIX

Rafael Vieira de Alencar

O PROTAGONISMO DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS FRENTE ÀS DEMANDAS
SOCIAIS CONTEMPORANEAS: UM ESTUDO DE CASO DOS TRIBUNAIS
CONSTITUCIONAIS DO BRASIL E DA COLÔMBIA E OS PROCESSOS DE
EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Rodrigo Umbelino da Silva